Notas sobre Custos de contexto

Associação Industrial do Minho 40 Anos

Braga, 21 09 2016

Miguel Cadilhe

PORTUGAL, noção de "CC" das empresas

"CC" das empresas são ónus desproporcionados que decorrem de

- Administração Pública, sua dimensão e suas burocracias.
- Regimes legais; Qualidade das instituições; Elites políticas.
- Mercados de bens e serviços, como crédito, trabalho, telecomunicações, energia, etc.
- Estádio de desenvolvimento económico e social, incluindo Educação.
- Condições naturais, como geografia.

— ...

e que prejudicam, comparativamente com outros países, a actividade das empresas portuguesas e, portanto, a competitividade nacional.

[Também há "**BC**", benefícios de contexto...]

PORTUGAL, as origens conceptuais...

PREÂMBULO DO DL 225/2002 (criou a API):

"Na missão da API inclui-se, precisamente, a contribuição activa para a promoção de políticas e práticas de redução de custos de contexto na Administração Pública, nomeadamente, entre outros, custos de tempo, custos administrativos, custos fiscais ou parafiscais, custos de rigidez da escala produtiva, custos de gestão e protecção da propriedade intelectual e da propriedade industrial, custos de comportamento ou aptidão, não imputáveis ao investidor, ao seu negócio ou à sua organização."

"Neste âmbito, a API procurará identificar as respectivas causas destes custos, propondo soluções no sentido da sua eliminação, incluindo, entre outras, a revisão de sobrecargas tributárias, a alteração de quadros legais e regulamentares, a melhoria de preparação de funcionários, a simplificação de procedimentos administrativos, a adopção de novas tecnologias, a modernização de redes de infraestruturas e a readequação de conteúdos de ensino ou formação. Para isso, são-lhe conferidos, através do seu presidente, poderes especiais de solicitação e diligência junto dos organismos da Administração Pública que intervêm nos processos relacionados com o investimento em Portugal."

PORTUGAL competitivo e os "CC"...

- A competitividade da economia portuguesa é, talvez, o nosso maior problema estrutural. Nela desagua tudo e dela deriva tudo.
- Nessa medida, a competitividade é causa e efeito...
- Entre os maus factores da competitividade estão os "CC". Vendo de um outro ângulo, os "CC" (a sua redução) são uma oportunidade para ganhar competitividade.

PORTUGAL, políticas "anti-CC"...



As "políticas de redução de custos" das empresas é actuação sistemática que defendo desde meados dos anos 80, inspirado em economistas como Okun...

As principais **políticas públicas** na economia deveriam visar a redução dos "**CC**" (desde as burocracias até à administração da justiça e à política fiscal e parafiscal). Que o mesmo é dizer, visar a **competitividade**.

PORTUGAL, "CC" e PME...

- No universo das empresas, os "CC" afligem mais as PME porque estas não dispõem dos melhores meios especializados para vencer burocracias da administração pública, ou enfrentar instituições de crédito, ou influenciar a readequação de quadros legais, ou interpelar o Fisco, etc.
- Os cidadãos também sofrem os "CC". Por vezes, os "CC" fustigam a equidade e a justiça social. E há "CC" comuns a empresas e famílias, como é o caso da administração da Justiça.

PORTUGAL e a percepção de "CC"...

Como somos vistos no relatório do Forum Económico Mundial 2014 (em 148 países)

Competitividade-preço

Carga fiscal

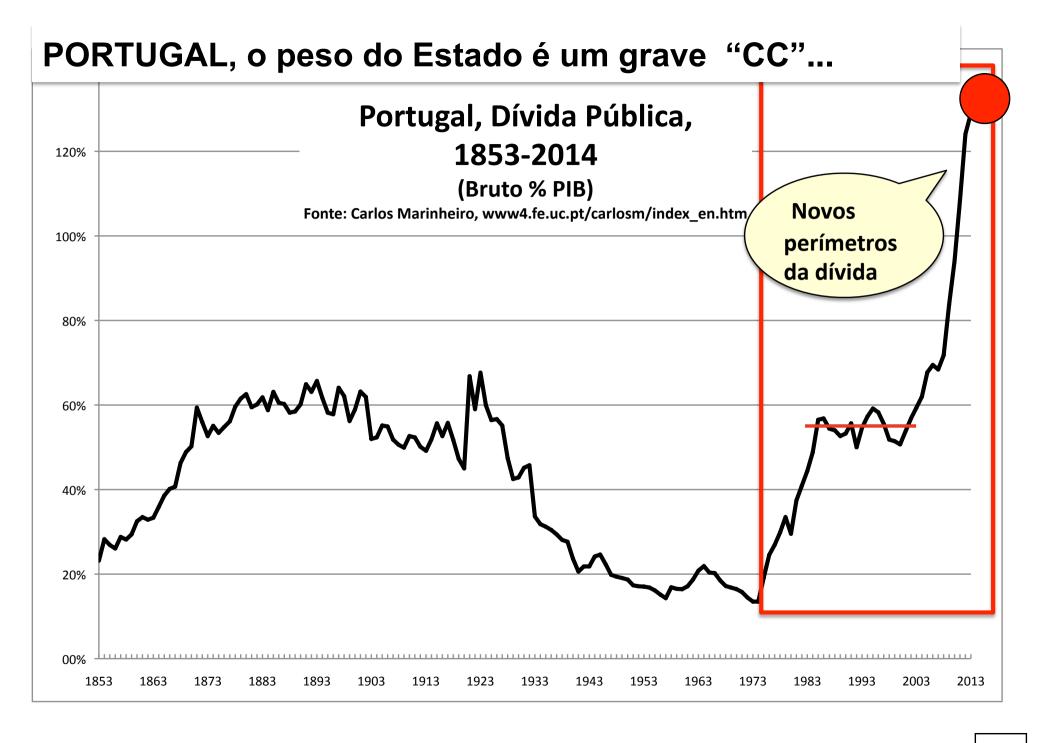
Carga regulatória (burocracias)

36.º

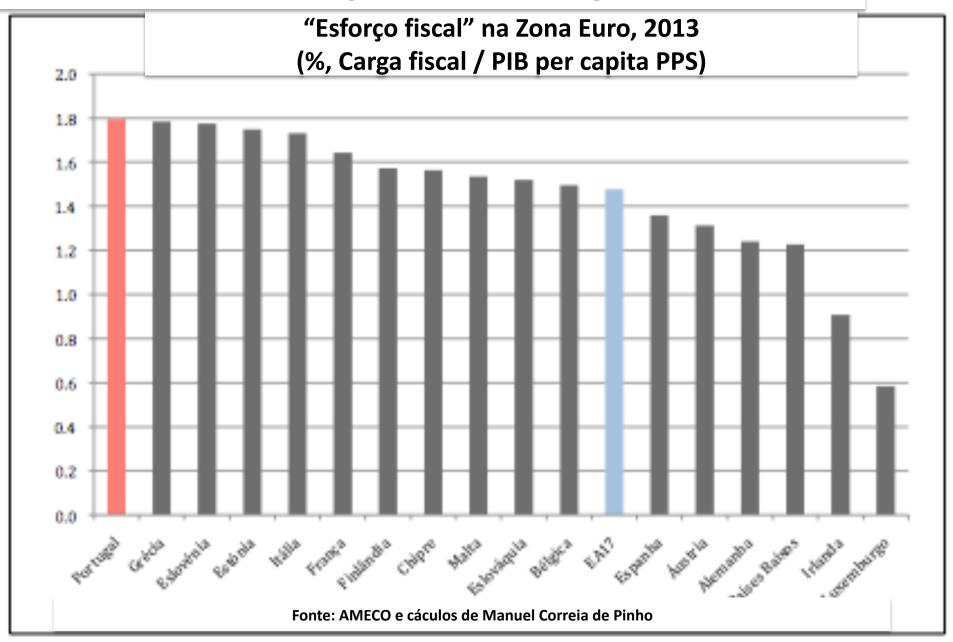
139.º

132.º

132



PORTUGAL, a "carga fiscal" é um grave "CC"...



PORTUGAL, carga fiscal e PME...

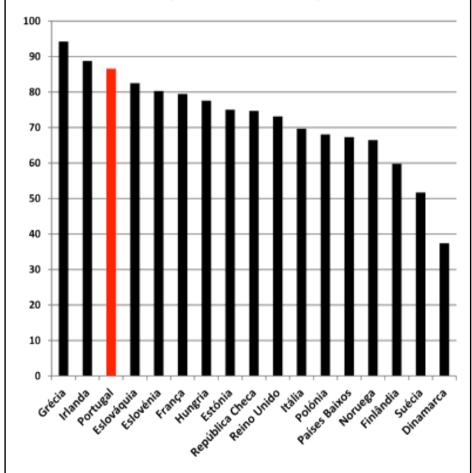


Seriam indispensáveis **medidas a favor das PME**, medidas de **política fiscal**, por ex.

As PME não têm a mesma possibilidade que uma grande empresa tem de fazer "planeamento fiscal", este apoiado de forma legítima nos consultores fiscais, e portanto beneficiar das normas legais e minimizar o IRC. Defendo, por ex, escalões de IRC de 5%, 10%, 15%, 20%, num mecanismo homólogo ao do IRS. Defendo isso num quadro de combate à evasão fiscal e à economia subterrânea, eis uma coabitação que valeria a pena potenciar.

PORTUGAL, Centralismo = "CC"?...

Grau de centralismo: Despesas do governo e administração central em % das despesas públicas totais (Média anual: 2010-2012)



Fonte: OECD Fiscal Decentralisation Database. Gráfico: Manuel Correia de Pinho

Obs: O indicador abrange países europeus membros da OCDE e corresponde à média dos três valores anuais do rácio. Os rácios estão consolidados de transferências intra sector público. Os pequenos países - Islândia e Luxemburgo - foram excluídos porque o conceito de "centralização" não se lhes aplica. A Turquia foi excluída por indisponibilidade de informação. Os estados federais europeus, ou equiparáveis, - Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha e Suíça - foram excluídos porque a estrutura da despesa pública destes estados não é directamente comparável com a dos chamados estados unitários.

PORTUGAL, exemplos de maiores "CC"?

- O "grande Reformador absentista"...?
- Ter moeda única / Não ter moeda própria...?
 - A demorada IFD...?
 - As mega-más despesas públicas...?
- O Código de Procedimento Administrativo...?

PORTUGAL, o novo Procedimento Administrativo...

Atenção: É no campo dos "procedimentos" da AP que, frequentemente, há fecundos campos de cultura de "CC".

Vejamos o importante **DL 4/2015**:

- O original do Código é de 1991, teve a 1ª revisão em 1996, agora a 2ª = "novo código".
- Há no novo Código valiosos princípios de procedimento:
 proporcionalidade (art. 7º) + desburocratização (art. 5º).
- Porém, o **preâmbulo** do DL indicia, por vezes, um enredamento que faz pensar em recriáveis "**CC**"!...
- Acaso a AIM se pronunciou-se sobre o novo Código?

PORTUGAL, o "grande Reformador absentista"...



